

INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA BNCC: Importância do conhecimento básico para a saúde financeira familiar

INCLUSION OF FINANCIAL EDUCATION IN THE BNCC (National Common Core Curriculum): The importance of basic knowledge for family financial health.

Rayane Larisse de Souza¹
Camilly Eduarda Marques Ribeiro²
Dênia Aparecida de Amorim³
Simone Teles da Silva Costa⁴

RESUMO:

Em um cenário econômico cada vez mais imprevisível, saber administrar os recursos financeiros de maneira eficiente e tomar decisões de investimento bem planejadas tornou-se essencial para o bem-estar individual e familiar. A partir disso, o estudo objetivou analisar a importância da inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a saúde financeira das famílias brasileiras. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, para identificar a relevância da Educação Financeira como um pilar para a gestão eficiente dos recursos monetários individuais e familiares. Os resultados revelaram que a ausência de planejamento e de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais estão diretamente relacionados ao alto índice de endividamento e insegurança financeira no Brasil. Em contrapartida, a adoção de estratégias como a definição de metas, o uso da tecnologia e a prática contínua de investimentos a longo prazo contribui significativamente para o bem-estar e a autonomia financeira. Porém, para isso é necessário que a Educação Financeira faça parte da rotina de aprendizagem das crianças para que elas incorporem os conceitos em hábitos e comportamentos de consumo conscientes. Assim, ficou evidente que o conteúdo Educação Financeira é fundamental para a tomada de decisões conscientes, sendo essencial sua disseminação desde o ambiente escolar até a vida adulta. Outrossim, o estudo contribuiu ao reforçar a relevância do planejamento financeiro como ferramenta social, evidenciando a necessidade de integrar conceitos de gestão financeira às grades curriculares escolares brasileiras. Porém, ainda persistem muitos desafios para que o conteúdo seja implementado de forma plena ao currículo escolar, como a falta de formação adequada de professores, escassez de materiais pedagógicos específicos, a baixa carga horária destinada à abordagem do tema e a desigualdade estrutural entre redes de ensino públicas e

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Mário Palmério - UNIFUCAMP (2025). E-mail: rayalsouza29@gmail.com

² Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Mário Palmério - UNIFUCAMP (2025). E-mail: eduardacamillymr@gmail.com

³ Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Carmelitana Mário Palmério; Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino - IBRA. Graduada em Administração e em Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mário Palmério. E-mail: deniaamorim@hotmail.com

⁴ Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestra em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás, campus Catalão. Pós-graduada em Auditoria Contábil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Graduada em Administração pela Fundação Carmelitana Mário Palmério e em Ciências Contábeis pela Faculdade Cruzeiro do Sul. E-mail: simoneteles@unifucamp.edu.br

privadas e a resistência à mudança em sistemas educacionais comprovam que a simples inserção do tema no currículo, sem o devido suporte institucional, não será suficiente para garantir os resultados esperados.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Financeiro; Educação Financeira; Matriz Curricular Educacional.

ABSTRACT:

In an increasingly unpredictable economic landscape, knowing how to manage financial resources efficiently and make well-planned investment decisions has become essential for individual and family well-being. Based on this, the study aimed to analyze the importance of including Financial Education in the National Common Curriculum Base (BNCC) for the financial health of Brazilian families. To this end, a qualitative literature review was conducted to identify the relevance of Financial Education as a pillar for the efficient management of individual and family monetary resources. The results revealed that the lack of planning and basic knowledge about personal finance are directly related to the high rate of debt and financial insecurity in Brazil. Conversely, adopting strategies such as setting goals, using technology, and continuously practicing long-term investments contributes significantly to well-being and financial independence. However, for this to happen, financial education needs to be part of children's learning routine so that they incorporate the concepts into conscious consumption habits and behaviors. Thus, it became evident that financial literacy is fundamental for making informed decisions, and its dissemination from the school environment to adult life is essential. Furthermore, the study contributed to reinforcing the relevance of financial planning as a social tool, highlighting the need to integrate financial management concepts into Brazilian school curricula. However, many challenges remain for the full implementation of this content in the school curriculum, such as the lack of adequate teacher training, scarcity of specific teaching materials, the low number of hours dedicated to addressing the topic, and the structural inequality between public and private education systems, as well as resistance to change in educational systems. These factors prove that simply adding the topic to the curriculum, without proper institutional support, will not be enough to guarantee the expected results.

KEYWORDS: Financial Planning; Financial Education; Educational Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

O investimento pessoal e o planejamento financeiro são elementos fundamentais para garantir uma vida financeira sólida e estável (Santos; França; Batista, 2024). Em um cenário econômico cada vez mais imprevisível e instável, saber administrar os recursos financeiros de maneira eficiente e tomar decisões de investimento bem planejadas tornou-se essencial para o bem-estar de indivíduos e famílias (Saldanha Neto, 2021). Contudo, o planejamento financeiro envolve hábitos de controle dos gastos, organização do orçamento, definição de metas para o curto e o longo prazo, porém, a carência de uma base educacional sólida em finanças os tornam incomuns nas famílias brasileiras (Oliveira *et al.*, 2025).

No Brasil, país em que a Educação Financeira (EF) não é amplamente abordada na matriz educacional, muitas pessoas carecem de conhecimentos básicos sobre como gerenciar suas finanças e realizar investimentos de maneira estratégica e segura (Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024). Para Trindade (2024), as práticas adquiridas devido ao conhecimento básico em finanças ajudam a evitar dívidas, diminuir a dependência de crédito e aumentar as chances de investimento, trazendo mais estabilidade e tranquilidade financeira, entretanto, muitos indivíduos possuem dificuldades em cuidar do dinheiro, seja por falta de conhecimento, disciplina ou recursos.

Pesquisas indicam que uma parte significativa da população brasileira enfrenta dificuldades financeiras, muitas vezes por não ter um planejamento adequado e por tomar decisões financeiras erradas (Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024). Além disso, a forma como as pessoas lidam com o dinheiro afeta outros fatores importantes da vida, como a saúde mental, o nível de estresse e até os relacionamentos pessoais, visto que a falta de segurança financeira é um dos principais motivos de ansiedade, o que impacta drasticamente o bem-estar (Santos; França; Batista, 2024).

A partir da constatação da importância do conhecimento financeiro, o estudo foi baseado na questão: qual a importância da inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a redução da inadimplência e melhoria da saúde financeira das famílias brasileiras? Logo, o objetivo da pesquisa foi analisar a importância da inclusão da literacia financeira na BNCC para a saúde financeira das famílias brasileiras. Para isso, foram identificadas as melhores formas de acesso aos conceitos básicos, os desafios enfrentados pelas pessoas e as alternativas mais eficazes para garantir uma vida financeira mais estável e próspera.

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema, em que foram selecionados e analisados estudos acadêmicos, relatórios de instituições financeiras e pesquisas anteriores. A justificativa da pesquisa encontra-se na necessidade de compreender a relevância do planejamento financeiro, considerando o cenário brasileiro marcado pela ausência de uma cultura de Educação Financeira (Santos; França; Batista, 2024; Saldanha Neto, 2021; Oliveira *et al.*, 2025; Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024). Assim, o estudo buscou contribuir teoricamente ao aprofundar a discussão sobre a importância da transmissão de conhecimentos financeiros desde a infância, reforçando a literacia na área de finanças pessoais.

Enfim, o artigo foi dividido em seções sendo essa Introdução que contextualizou a importância do planejamento financeiro, seguida pelo Referencial Teórico, no qual foram abordados conceitos, como planejamento financeiro, perfil do investidor e Educação

Financeira. A terceira seção apresentou os métodos da pesquisa, enquanto o tópico de “Resultados e Discussões” detalhou os achados da revisão bibliográfica. Por fim, as Considerações Finais ressaltaram as percepções dos pesquisadores acerca da relevância da literatura financeira no cotidiano das famílias brasileiras.

2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O planejamento financeiro é um dos pilares principais para a construção de uma vida financeira saudável (Saldanha Neto, 2021). Ele consiste no planejamento detalhado das receitas e despesas, permitindo que o indivíduo compreenda sua situação financeira e estabeleça metas realistas para curto, médio e longo prazo, assim, um plano eficaz evita o endividamento excessivo, facilita a construção de patrimônio e proporcionando segurança financeira no cotidiano familiar (Santos; França; Batista, 2024).

Segundo Coelho (2022), o planejamento orçamentário familiar é o primeiro passo para alcançar a estabilidade financeira e deve considerar as despesas fixas, como aluguel, contas de água e luz, e variáveis, como lazer e alimentação, além de prever uma margem para imprevistos. Ferramentas como planilhas financeiras, aplicativos de controle de gastos e softwares especializados são recomendados, além de essenciais para se manter a disciplina na gestão orçamentária do grupo familiar (Silva *et al.*, 2025). Além disso, observa-se que noções de finanças básicas auxiliam na gestão da renda familiar (Santos; França; Batista, 2024).

Entretanto, o acesso a conhecimentos e habilidades financeiras estão disponíveis de diversas formas e até com acesso gratuito no cotidiano das famílias, porém, a falta de interesse ou tempo para aprofundamento ainda é um empecilho para a sociedade (Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024). Por isso, agregar o ensino da Educação Financeira (EF) na grade curricular básica é o ideal para a propagação do conhecimento, visto que, estudantes que participaram de imersões sobre finanças passaram a estar mais preparados para tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro e a evitar situações de endividamento (Vieira, 2023).

Outro conceito essencial para a gestão financeira familiar é a reserva de emergência, componente essencial do planejamento financeiro pessoal, pois serve como um mecanismo de proteção contra imprevistos financeiros que possam comprometer a estabilidade econômica do indivíduo ou da própria família (Soares, 2025). Situações como perda de emprego, problemas de saúde ou manutenções inesperadas podem gerar dificuldades financeiras caso não haja um fundo de emergência adequado (Tavares; Oliveira, 2024).

De acordo com Assunção (2022), a reserva de emergência deve corresponder, no mínimo, ao valor correspondente a seis meses das despesas mensais do indivíduo ou grupo familiar, garantindo que, em situações adversas, as necessidades básicas possam ser supridas sem recorrer a empréstimos ou endividamento pelo período de um semestre. Entretanto, Souza (2023), argumenta que a definição do valor da reserva de emergência deve considerar as condições específicas individuais, como a regularidade das receitas, a empregabilidade, os compromissos assumidos, outros produtos financeiros e o perfil de investimento do indivíduo ou grupo familiar.

Além disso, o indivíduo deve escolher a forma adequada para guardar a reserva para emergências, assim, esse valor deve ser aplicado em ativos de alta liquidez e baixo risco, como Tesouro Selic, Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de liquidez diária ou contas digitais remuneradas, dando ao indivíduo mais acessibilidade quando necessário (Souza, 2020). Outro fator importante é o perfil de investidor do indivíduo, que pode ser considerado em conservador, moderado, balanceado, arrojado ou agressivo, pois, o perfil determinará a tolerância aos erros e ajudará na definição das melhores estratégias para guardar a reserva financeira (Fonseca, 2021).

Contudo, Piccini (2025) salienta que a diversificação dos investimentos é uma maneira eficaz para poupar recursos, visto que, a Teoria Moderna do Portfólio, elaborada por Harry Markowitz 1952, destaca a importância da diversificação para minimizar riscos e maximizar retornos, logo, estratégias para aquisição de ativos em renda fixa, como CDBs e Tesouro Direto, complementadas pelo investimento com renda variável, como ações, fundos imobiliários e *Exchange Traded Funds ETFs*, permitem equilibrar segurança e a rentabilidade das reservas financeiras.

Dessa forma, a Educação Financeira é um fator importante para o sucesso do planejamento financeiro pessoal, pois, o conhecimento básico sobre orçamento, poupança, investimento, crédito e consumo responsável, permite que os indivíduos tomem decisões mais assertivas e evitem erros financeiros que podem comprometer a estabilidade econômica (Vieira, 2023). Tavares e Oliveira (2024) ressaltam que a EF melhora o bem-estar das famílias e contribui para a estabilidade dos sistemas financeiros ao permitir o equilíbrio econômico do grupo familiar.

Conforme Assunção (2022), a Educação Financeira é uma novidade no Brasil, porém, o interesse social por esse tipo de conhecimento é crescente, visto que, todos os dias os indivíduos lidam com transações financeiras, como compras em um supermercado, pagamento

de uma fatura de fornecimento de energia elétrica ou um financiamento para aquisição de veículos ou imóveis. Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), afirmam que, no Brasil, iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) buscam promover o conhecimento sobre a importância desse tema desde a infância.

Em contrapartida, a falta de Educação Financeira está diretamente relacionada ao alto nível de endividamento da população, ao consumo impulsivo e à falta de planejamento para o futuro (Soares, 2025). Dessa forma, o incentivo à EF deve ser uma prioridade tanto no ambiente escolar quanto nas políticas públicas, promovendo um maior conhecimento sobre os impactos das decisões financeiras e incentivando a construção de costumes saudáveis no gerenciamento do dinheiro (Ribeiro, 2020).

A disseminação da Educação Financeira contribui para um desenvolvimento econômico sustentável e para a criação de uma sociedade mais consciente e preparada para lidar com desafios financeiros ao longo da vida (Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024). Dessa maneira, o planejamento financeiro pessoal e a escolha adequada de investimentos representam pilares fundamentais para uma vida financeira estável e próspera e, apesar do aumento do acesso à informação, a maior parte da população brasileira ainda enfrenta sérias dificuldades para organizar suas finanças e tomar decisões conscientes sobre escolhas financeiras (Guedes, 2025).

O planejamento financeiro e os investimentos pessoais desempenham um papel essencial na construção de uma vida financeira equilibrada e, a ausência de controle sobre receitas e despesas, somada à falta de conhecimento sobre aplicações financeiras, leva uma parcela significativa da população ao endividamento, à insegurança e à instabilidade emocional (Santos; França; Batista, 2024). Além disso, o planejamento financeiro permite ao indivíduo traçar metas claras de curto, médio e longo prazo, além de organizar seus recursos para alcançar seus objetivos de forma sustentável (Cravo *et al.*, 2025).

Assim, esse planejamento deve considerar a natureza das despesas (fixas e variáveis), prever imprevistos e favorecer a tomada de decisões mais conscientes, pois, quando bem elaborado, ele contribui diretamente para a redução do estresse financeiro, o aumento da capacidade de poupança e o fortalecimento da autonomia pessoal (Santos; França; Batista, 2024). Em complemento, de acordo com Cravo *et al.* (2025), aqueles que planejam e conseguem poupar para investir regularmente tendem a apresentar melhor desempenho na gestão de suas finanças.

Conforme Gomes (2022), o investimento pessoal, sobretudo no longo prazo, permite o aproveitamento do efeito dos juros compostos, que potencializa o crescimento patrimonial, visto que, a constância e o tempo são mais determinantes do que o valor inicial investido, sendo uma ótima opção para aqueles que almejam aumentar o patrimônio.

Outro ponto fundamental é o impacto direto do planejamento financeiro na saúde mental e emocional, visto que a ausência de controle sobre as finanças gera ansiedade, insegurança e estresse, afetando outras áreas da vida, como o bem-estar familiar e profissional (Message; Santos; Weber, 2025). Por outro lado, de acordo com Santos, França e Batista (2024), quando existe organização e clareza nas decisões financeiras, há maior tranquilidade para enfrentar adversidades e investir no futuro com confiança.

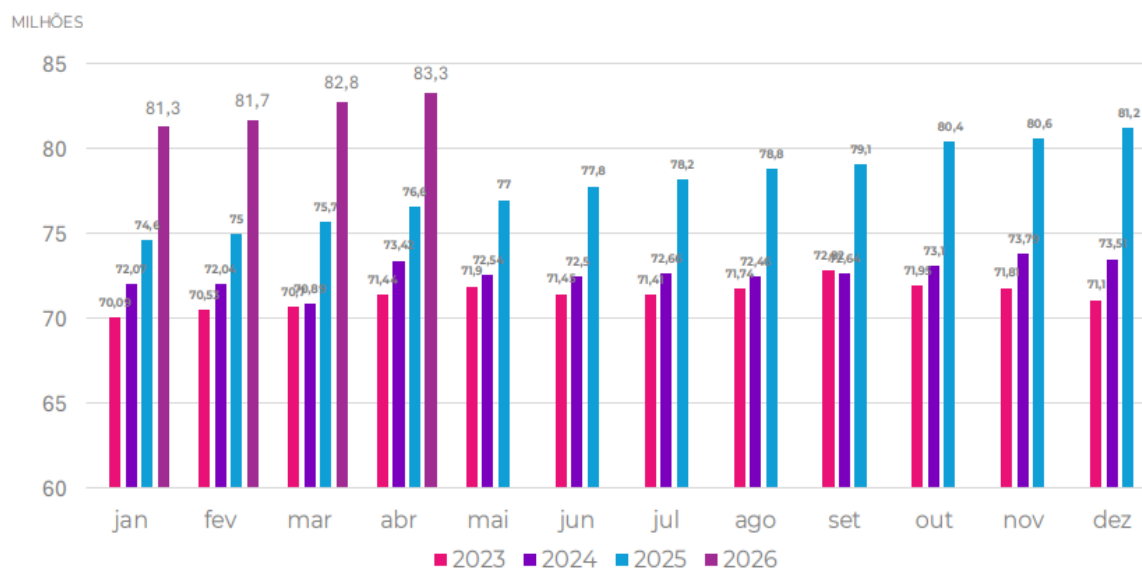
2.1 Endividamento Inadimplente como Consequência da ausência de Literacia Financeira

A ausência de conhecimentos básicos sobre finanças é um desafio enfrentado por grande parte da população brasileira (Soares, 2025). O alto índice de endividamento entre brasileiros revela a carência de práticas financeiras sustentáveis, comprovando que iniciativas de Educação Financeira, tanto em ambientes escolares quanto institucionais, são essenciais para fomentar uma cultura de responsabilidade econômica e consciência nas decisões financeiras (Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024).

No Brasil, o cenário de instabilidade econômica, altas taxas de juros e endividamento crescente torna o conhecimento sobre finanças ainda mais necessário (Sulato, 2025). Em concordância, Felipe (2023), confirma que a ausência ou pouco conhecimento financeiro relaciona-se com o aumento das dívidas e com a dificuldade de formação de reservas financeiras ou patrimônio próprio, entretanto, é necessário reconhecer que no país há pouco interesse no processo de capacitação financeira.

Segundo dados disponibilizados pelo Serasa (2026), em abril de 2026 o número de inadimplentes no Brasil ultrapassou a marca de 83 milhões de indivíduos. A Figura 1 apresenta a evolução do número de inadimplentes brasileiros, desde janeiro de 2023.

Figura 1: Evolução do número de inadimplentes no Brasil.



Fonte: Serasa (2026).

A Figura 1 apresentou a evolução dos números de inadimplentes e, é possível verificar que, a inadimplência cresceu gradativamente, ao longo de 16 meses consecutivos de alta, chegando a mais de 83 milhões de brasileiros em abril de 2026. Embora, a inadimplência e o endividamento sejam uma questão comportamental atrelada à gestão financeira, demografia, variáveis econômicas e de perfil pessoal, as dificuldades em quitar as dívidas relacionam-se também a gastos por impulso, uso desnecessário do cartão de crédito e contratação de empréstimos além da capacidade de pagamento, hábitos que poderiam ser controlados ou evitados com o ensino da EF no cotidiano educacional (Felipe, 2023).

As informações disponibilizadas pelo Serasa (2026), em abril, apontam que os brasileiros que têm entre 41 e 60 anos representam a maior fatia da população negativada, com 35,6%, seguidos pela faixa etária de 26 a 40 anos, representando 33,4%. Os indivíduos acima de 60 anos representam 19,8%, e os jovens entre 18 e 25 anos equivalem a 11,2% dos cadastros com restrição. Para que esses índices sejam reduzidos é necessário o conhecimento financeiro, assim, Alves e Carvalho (2020), afirmam que, quando as pessoas têm conhecimento sobre o uso inteligente de sua renda e das diversas opções de crédito, conseguem organizar o orçamento familiar de forma a evitar o endividamento inadimplente.

Para Tavares e Oliveira (2024), adotar estratégias eficazes de controle financeiro é fundamental para evitar o endividamento e garantir maior previsibilidade nas finanças pessoais. Algumas práticas recomendadas para a gestão financeira familiar é o uso de planilhas de orçamento, aplicativos financeiros ou métodos tradicionais, como o caderno de anotações, para registrar receitas e despesas (Silva *et al.*, 2025).

Outra estratégia relevante é a criação de uma reserva de emergência, que deve cobrir de três a seis meses das despesas mensais, visto que essa reserva funciona como um fundo para imprevistos, como demissões, acidentes ou reparos inesperados (Souza, 2023). Além disso, estabelecer metas financeiras de curto, médio e longo prazos ajudam a manter o foco nos objetivos e motiva o controle do consumo, pois, com metas definidas, o indivíduo pode priorizar gastos, evitar compras por impulso e destinar parte da renda para investimentos (Casagrande, 2024).

Para reduzir o avanço da inadimplência, a Educação Financeira é um dos principais instrumentos para promover mudanças comportamentais no modo como os indivíduos lidam com o dinheiro (Domingos, 2022). Acredita-se que a literacia financeira proporciona o conhecimento necessário para realizar escolhas conscientes, compreender os riscos e vantagens dos investimentos, além de melhorar o planejamento do consumo e da poupança (Gomes Júnior, 2021).

Nas escolas, a inclusão de conteúdos de EF desde o ensino básico é uma medida fundamental para formar cidadãos mais conscientes, assim, desde 2020 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorporou temas relacionados à Educação Financeira no currículo escolar, incentivando o desenvolvimento de competências práticas desde cedo (Felipe, 2023). Apesar disso, ainda há muito a ser feito no Brasil, pois a falta de iniciativas consistentes e a ausência de capacitação de professores limitam o alcance da EF nas instituições públicas (Corrêa, 2024).

Ademais, em longo prazo, a Educação Financeira contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada economicamente, reduzindo o número de inadimplentes, promovendo o hábito da poupança e estimulando a cidadania financeira (Gomes Júnior, 2021).

Além do mais, com o avanço da tecnologia, o controle financeiro se tornou mais acessível, visto que aplicativos de finanças pessoais oferecem recursos como categorização automática de despesas, geração de relatórios e alertas de vencimento de contas, recursos que facilitam a gestão do orçamento e incentivam hábitos mais saudáveis de consumo (Radünz, 2025).

O planejamento financeiro e os investimentos pessoais são ferramentas indispensáveis para alcançar estabilidade, segurança e prosperidade, pois, por meio do controle consciente do orçamento, da definição de metas e da adoção de práticas sustentáveis, é possível transformar a relação com o dinheiro e alcançar uma vida mais equilibrada (Silveira, 2024). Assim, a Educação Financeira, quando aliada ao uso de tecnologia e à disciplina, amplia a capacidade de

decisão, reduz riscos e melhora significativamente o bem-estar dos indivíduos (Casagrande, 2024).

Portanto, o conhecimento sobre finanças deve ser incentivado em todas as fases da vida, desde a escola até a vida adulta (Soares, 2025). Porém, apesar dos avanços, o Brasil ainda apresenta desafios expressivos quanto à organização financeira da população, pois, a falta de acesso à informação de qualidade e o desinteresse pelo tema contribuem para o endividamento e a vulnerabilidade econômica de milhões de brasileiros (Corrêa, 2024).

Contudo, de acordo com Oliveira *et al.* (2025), a construção de uma cultura de planejamento financeiro é um processo contínuo e essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo, além de que, investir em educação, em boas práticas de consumo e no uso consciente da tecnologia são medidas fundamentais para garantir o sucesso financeiro ao longo da vida.

2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

De acordo com Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), os projetos de educação financeira em escolas demonstram resultados positivos, além de que a inclusão da disciplina na grade curricular foi recomendada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que definiu que é responsabilidade educacional abordar temas atuais que impactam a vida humana e, por isso a inclusão do ensino financeiro é essencial. Ademais, a análise do papel da família e da escola tornou-se fundamental no processo de aprendizagem, visto que são nesses ambientes que as primeiras percepções sobre dinheiro, consumo e planejamento são construídas (Soares, 2025).

Além disso, a matemática financeira e a educação sobre finanças precisam ser mais trabalhadas por professores e alunos, pois, ao considerar assuntos como economia e matemática no dia a dia dos indivíduos, o tema ganhou destaque com a publicação da BNCC e nos meios de comunicação ao se relacionar endividamento, inadimplência e deficiência nos conhecimentos de gestão financeira (Souza, 2023). Assim, a abordagem do ensino de conhecimentos sobre gestão dos recursos financeiros e investimentos ajuda a preparar as crianças e jovens para enfrentarem os desafios financeiros que encontrarão durante toda a vida adulta (Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024).

No entanto, a educação financeira não se tornou uma disciplina obrigatória nas escolas brasileiras, sendo apenas sugestiva a apresentação de alguns princípios matemáticos aplicados, trabalhados de forma interdisciplinar e transversal (Silveira, 2024). Corrêa (2024) afirmou que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve o objetivo de incluir a educação financeira

como tema integrado à matemática, mas não como disciplina autônoma, o que enfraqueceu seu impacto e dificultou o ensino adequado, além de embarçar a formação de professores capacitados para transmitir esses conhecimentos de maneira aprofundada.

Para Soares (2025), a família é o primeiro professor ao transmitir hábitos e valores relacionados à administração dos recursos, ainda que de forma informal, enquanto a escola, por meio da BNCC, aponta a necessidade de inserir a educação financeira como competência essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Entretanto, a BNCC exige que os professores ensinem conceitos de educação financeira nas redes de ensino fundamental e médio, porém, com conteúdo limitado e falta de especialização que dificultam o entendimento do tema (Corrêa, 2024). Isso revela que os professores, inclusive os de matemática, devem se inteirar desses assuntos para conseguirem ensinar e também aplicarem os conceitos na gestão da própria vida (Souza, 2023).

Para Melo *et al.* (2021), a inserção da Educação Financeira Escolar (EFE) na BNCC representou um marco na trajetória da temática no Brasil, pois, o que antes eram apenas dicas de investimentos para uma parcela mínima da população brasileira, após a inclusão, ganhou amplitude e tem alcançado crianças, jovens e adultos. No entanto, observa-se que essas iniciativas são insuficientes ou pouco aplicadas, evidenciando a fragilidade da formação dos jovens acerca das exigências financeiras globais (Soares, 2025).

De acordo com Silva e Lima (2023), o ensino da Educação Financeira não se trata apenas de números e fórmulas, mas sim de capacitar os cidadãos para tomarem decisões responsáveis em relação ao uso do dinheiro, além de ajudar nas decisões de como usar ou aplicar seus recursos. Embora a Educação Financeira no âmbito escolar tenha uma forte relação com a matemática financeira, é importante haver maior transversalidade entre os conteúdos disciplinares, pois, diferente de outras áreas de conhecimentos, ela não apresenta conteúdos consolidados o que permite uma flexibilidade no ensino (Melo *et al.*, 2021).

Para Silveira (2024), o planejamento financeiro no contexto familiar é extremamente importante, pois possibilita práticas e hábitos que melhoram a saúde financeira e evitam o endividamento, porém é necessário a conscientização e mudança de comportamento dos indivíduos, possível por meio do incentivo de políticas públicas e iniciativas educacionais voltadas para a disseminação da educação financeira. Portanto, a Educação Financeira possibilita a compreensão de conceitos financeiros básicos, como orçamento, poupança, investimento, juros, crédito e dívida, além de motivar a capacidade de aplicar esses conceitos

na vida cotidiana para alcançar metas financeiras e tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro (Silva; Lima, 2023).

Logo, o conhecimento básico sobre finanças pessoais permite aos indivíduos planejar os gastos cotidianos com segurança, além de permitir a alocação mais inteligente dos recursos, evitando-se desperdícios e favorecendo a realização de sonhos e projetos e, por isso é tão necessária a inclusão da disciplina na matriz curricular nacional.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Assim, com intuito de identificar, em pesquisas já publicadas, a importância da inclusão da literacia financeira na BNCC para a saúde financeira das famílias brasileiras, a análise qualitativa permitiu interpretar e analisar criticamente as informações coletadas, contribuindo para a construção de uma reflexão fundamentada sobre o tema.

A coleta de dados foi realizada por meio de busca em repositórios eletrônicos de acesso público. Foram selecionados artigos publicados em periódicos científicos e trabalhos de conclusão de disponíveis no Google Acadêmico. Foram priorizadas fontes publicadas nos últimos dez anos, que apresentaram relevância conforme a temática abordada.

Para a busca e seleção dos estudos foram utilizados descritores como “Currículo Escolar”, “Planejamento financeiro”, “investimentos pessoais”, “Educação Financeira”. Os critérios de inclusão incluíram artigos e publicações que apresentaram uma abordagem direta sobre o tema, com acesso público e texto completo. Foram excluídas as pesquisas que não apresentaram relevância direta ao tema, acesso restrito ou disponíveis apenas em resumos.

Enfim, depois de analisados os títulos, resumos e, por último, o conteúdo da pesquisa, foram selecionados dez estudos anteriores, publicados a partir de 2023, apresentados no Quadro 1, que atendem ao objetivo desse trabalho e comprovam a importância da Educação Financeira no currículo escolar nacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com intuito de identificar a importância da inclusão da Educação financeira no currículo escolar nacional, foram selecionados estudos anteriores para embasar a discussão teórica, os quais estão relacionados no Quadro 1.

Quadro 1: Estudos selecionados para embasamento teórico.

	AUTORES/ANO	TÍTULO	RELEVÂNCIA
--	-------------	--------	------------

1	Silva; Monteiro, 2023	Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal	A EF se consolidou como um conteúdo importante para a sociedade, na qual as finanças pessoais desempenham um papel fundamental na vivência dos cidadãos. Assim, o ensino de conceitos básicos de finanças é relevante, bem como é necessário evidenciar e promover determinada conscientização sobre a importância de se adquirir conhecimentos financeiros para uma gestão adequadas das finanças pessoais e familiares.
2	Tavares; Pilão, 2023	A importância de ensinar Educação Financeira nas escolas	Em uma sociedade consumista, os cidadãos estão constantemente expostos ao incentivo ao consumo e a ações que influenciam as escolhas, assim, é crucial que as crianças sejam educadas sobre questões financeiras desde cedo, para que possam desenvolver habilidades de discernimento e resistência aos apelos do consumo impulsivo para construir uma gestão financeira equilibrada para si e para sua família.
3	Vieira, 2026	A importância da inclusão de conceitos de Educação Financeira no currículo do ensino fundamental 2 no Brasil	A inclusão da educação financeira no Ensino Fundamental II representa uma alternativa relevante para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos diante dos desafios econômicos, além de que, o ensino de finanças pessoais, quando abordado de forma contínua, interdisciplinar e contextualizada, contribui para o fortalecimento da autonomia dos estudantes e para o desenvolvimento de hábitos de planejamento e responsabilidade financeira.
4	Silva, 2024	A importância da Educação Financeira no contexto familiar: uma revisão bibliográfica	A educação financeira desde a infância contribui para o desenvolvimento de habilidades práticas em gestão de finanças e para a formação de indivíduos economicamente conscientes e responsáveis, além de contribuir na preparação dos jovens para enfrentarem desafios econômicos e evitarem o endividamento excessivo.
5	Lazaretti Jr.; Castanheira; Maschio, 2024	A importância da Educação Financeira no Brasil	A implementação de programas de EF no ambiente escolar é uma solução estratégica de longo prazo para mitigar crises financeiras pessoais e coletivas. Entretanto, apesar de iniciativas promissoras de entes públicos e privados, ainda é necessário intensificar e expandir essas ações para alcançar todos os cidadãos, especialmente em regiões menos favorecidas.
6	Gama; Costa; Amorim, 2026	Importância do ensino de Educação Financeira para as finanças pessoais	A inclusão da EF como um conteúdo obrigatório no currículo educacional nacional tende a reduzir, ao longo do tempo, os índices de endividamento e inadimplência brasileira, visto que o conhecimento auxilia na tomada de decisões, logo, ensinar conceitos financeiros desde a infância proporciona que as crianças cresçam com consciência sobre receitas e despesas, poupança e investimento, para que sejam adultos responsáveis e adimplentes.
7	Azevedo <i>et al.</i> , 2025	A importância da educação financeira nas escolas públicas	O conhecimento financeiro impacta nas decisões de consumo dos cidadãos, logo, é imprescindível que o Estado assuma a EF como uma política pública estruturante e contínua. Além disso, deve ser tratada para além de um tema transversal, devendo ser compreendida como uma prática pedagógica crítica, em diálogo com a realidade dos discentes, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, conscientes e socialmente responsáveis.
8	Miranda, 2025	A importância da Educação Financeira	Com a globalização e o avanço da sociedade consumista, a escola se encontra no papel principal

		básica para jovens do ensino médio de escolas públicas	como espaço responsável para democratizar o acesso a informações e práticas de gestão financeira, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a cidadania econômica. Com isso, a EF no ensino médio público constitui um instrumento estratégico de prevenção ao endividamento precoce, de fortalecimento da autonomia e de formação cidadã.
9	Nascimento <i>et al.</i> , 2025	Educação Financeira na BNCC: Uma Análise da Abordagem Transversal e do Potencial Lúdico	A inclusão da Educação Financeira na BNCC garante uma abordagem sistemática e holística, essencial para a formação básica dos indivíduos, visto que ela almeja equipar os estudantes com habilidades e pensamento crítico, capacitando-os a tomar decisões conscientes ao longo da vida e, ao mesmo tempo, contribuindo para reduzir disparidades socioeconômicas e culturais.
10	Sousa; Silva, 2025	Educação Financeira nas escolas: a importância de incluir conceitos de Educação Financeira no currículo escolar	A Educação Financeira nas escolas desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos financeiramente responsáveis e preparados para enfrentar os desafios do mercado globalizado. Logo, o desenvolvimento de habilidades financeiras desde a infância é essencial para a assimilação de conceitos e hábitos. Estratégias práticas, como simulações financeiras, projetos de empreendedorismo e jogos educativos, envolvem os alunos de forma eficaz, além de que, é necessária a colaboração entre escola e família, permitindo a continuidade dos ensinamentos financeiros em casa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

O Quadro 1 sintetiza a relevância de cada um dos estudos selecionados para a argumentação teórica. Para Nascimento *et al.* (2025), é necessário a inclusão da Educação Financeira como um tema transversal no cotidiano escolar, pois, ao instituí-la como essencial, a BNCC apresentou uma resposta válida e eficaz aos desafios identificados em pesquisas anteriormente feitas no Brasil que apontaram a necessidade de aprimoramento da competência financeira entre os estudantes brasileiros.

De acordo com Miranda (2025), a Educação Financeira é um elemento indispensável para a formação dos jovens, especialmente no ensino médio público, sendo o pilar para a construção de uma sociedade justa e equilibrada. Em concordância, Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), afirmam que a educação financeira é o pilar essencial para o desenvolvimento individual e coletivo em qualquer sociedade marcada pelo comportamento consumista e complexidade dos mercados financeiros.

Silva e Monteiro (2023) esclarecem que a grande maioria dos cidadãos reconhecem a importância da Educação Financeira, além de destacarem a necessidade de promoção da alfabetização financeira desde cedo, por meio da capacitação à tomada de decisões financeiras informadas e responsáveis. Azevedo *et al.* (2025) reforçam a importância de se tratar a EF como um conteúdo técnico e uma prática social que dialogue com o cotidiano dos discentes e seus

grupos sociais, além de que, experiências bem-sucedidas compartilham em comum o uso de metodologias ativas adaptadas para a realidade local, o envolvimento docente na construção do currículo e a adaptação do conteúdo à vivência de cada grupo social.

De acordo com Gama, Costa e Amorim (2026), os brasileiros enfrentam problemas com o endividamento e a inadimplência, além do aumento constante dos índices de famílias endividadas e inadimplentes, ou seja, mesmo com as práticas de divulgação da educação financeira já existentes, as pessoas continuam a fazer dívidas maiores do que podem pagar, demonstrando a deficiência da gestão financeira individual e familiar. Para Silva e Monteiro (2023), a EF adequada evitaria a situação descrita ao reconhecer os impactos positivos que ela pode trazer para a vida pessoal, incluindo a capacidade de gerenciar sua renda, tomar decisões financeiras embasadas, evitar complicações financeiras e alcançar a estabilidade econômica.

Tavares e Pilão (2023) reforçam que a Educação Financeira é responsável por capacitar as pessoas a lidarem com seus recursos financeiros de forma responsável e consciente para, com isso, evitarem problemas e tomarem decisões mais acertadas tanto a nível individual quanto em relação a manutenção do núcleo familiar. Silva (2024) constatou que a EF desde a infância contribui consideravelmente para o desenvolvimento de habilidades em gestão financeira, como poupança e investimento, e para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, além de reforçar que a sua inclusão nos currículos escolares, aliada ao envolvimento das famílias, tende a impactar de forma positiva o comportamento financeiro ao longo da vida.

Para Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), quando a Educação Financeira é difundida de forma ampla e estratégica, tem a possibilidade de transformar a realidade dos indivíduos, reduzindo as desigualdades e preparando as pessoas para enfrentarem os desafios econômicos da sociedade capitalista com mais segurança e equilíbrio, tanto mental quanto financeiro. Miranda (2025), confirma que a EF, quando trabalhada de forma adequada, transversal e contextualizada, não se limita apenas ao ensino de conceitos técnicos, mas sim atua diretamente na formação de valores e hábitos que tendem a favorecer o consumo consciente e a tomada de decisões equilibradas em relação ao uso do dinheiro por meio da interiorização de práticas e comportamentos assimilados.

Azevedo *et al.* (2025), ressaltam que embora a relevância da Educação Financeira tenha tido um reconhecimento crescente para a formação dos cidadãos e para a redução das desigualdades sociais, a inclusão dela como conteúdo obrigatório encontra entraves significativos, pois, sua presença na BNCC é uma abertura institucional, mas ainda com uma

abordagem genérica e carente de diretrizes metodológicas claras, comprometendo sua aplicação prática, sobretudo diante das desigualdades regionais e da escassez de formação docente específica.

Segundo Miranda (2025), devido a crescente complexidade do sistema econômico e da facilidade de acesso ao crédito oferecida pelas operadoras de cartão de crédito e instituições financeiras, muitos jovens de baixa renda encontram-se expostos ao risco do endividamento precoce, sem possuírem os conhecimentos necessários para planejar e organizar suas finanças. Assim, Nascimento *et al.* (2025) afirmam que investir na Educação Financeira para crianças e jovens é um investimento no futuro da sociedade, ou seja, preparar cidadãos conscientes e capazes de contribuir positivamente para o bem-estar coletivo.

Para Silva (2024), é uma necessidade imediata a integração contínua da Educação Financeira ao currículo escolar, indicando que programas bem estruturados e com apoio institucional, tanto das escolas quanto das famílias, são capazes de proporcionar um aprendizado relevante e duradouro. Conforme Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), já existe consenso sobre a necessidade de conscientização financeira para o desenvolvimento da autonomia econômica, evidenciando que a gestão financeira não é meramente técnica, mas também emocional, o que afeta diretamente a harmonia e estabilidade das famílias.

Gama, Costa e Amorim (2026) citaram que a deficiência de Educação Financeira na sociedade brasileira ficou evidente após a publicação do ranking global de educação financeira desenvolvido pela *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, em que o Brasil ficou na 74ª posição. Miranda (2025) ainda ressalta que o bom relacionamento com o dinheiro não se trata de restrições de consumo, mas sim de conscientização e escolhas embasadas, sendo esse um dos objetivos da BNCC e das novas práticas pedagógicas, ou seja, promover aprendizagem significativa, autonomia e responsabilidade social para que todos os cidadãos possam consumir com consciência, sem se endividarem de forma descontrolada.

Sousa e Silva (2025), salientam que a integração da EF no currículo escolar existente, aproveitando disciplinas como matemática, ciências sociais e empreendedorismo, é uma abordagem promissora, entretanto, existem diversos desafios na sua implementação, como a falta de capacitação dos educadores e recursos inadequados. Em concordância, Azevedo *et al.* (2025) apontaram que os docentes destacam a ausência de formação adequada para abordarem a EF em sala de aula, afetando diretamente a qualidade do ensino de finanças pessoais, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à capacitação contínua dos

professores, bem como à produção de materiais didáticos acessíveis, contextualizados e interdisciplinares adequados à tarefa.

Para Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), é importante o aprendizado sobre finanças desde a infância, incorporando aspectos práticos e teóricos, além de destacar aos aprendizes a aplicabilidade desses conhecimentos financeiros no dia a dia e no planejamento de vida de adultos e famílias. Os autores também reforçaram a crescente necessidade da inclusão da Educação Financeira no currículo escolar nacional, com intuito de preparar os jovens para decisões econômicas complexas ao longo de toda a adulta.

De acordo com Azevedo *et al.* (2025), apesar das muitas dificuldades, alguns projetos desenvolvidos por entidades públicas para disseminar conceitos financeiros demonstraram que a implementação da Educação Financeira pode ser bem-sucedida se houver suporte institucional, formação adequada dos professores e utilização de metodologias ativas, além de sinalizar que a EF não pode ser rotulada apenas como um conteúdo técnico, mas sim como um instrumento de emancipação e cidadania, ao promover reflexões críticas sobre consumo, trabalho, planejamento e futuro.

Em complemento, Miranda (2025) esclarece que experiências de inclusão da Educação Financeira no cotidiano escolar mostraram que os aprendizados adquiridos pelos alunos se estendem às suas famílias e comunidades, ampliando o alcance social da prática e gerando impactos positivos na gestão financeira doméstica, o que reforça a hipótese de que a EF escolar beneficia o indivíduo e o grupo social em que está inserido, funcionando como um vetor de transformação social.

Ademais, Nascimento *et al.* (2025) reforçam que a adoção de metodologias ativas, como a ludicidade e os jogos, se alinha perfeitamente com a proposta de inclusão da EF na educação escolar, tornando o aprendizado de conceitos financeiros envolvente, prático e motivador, pois, a integração entre teoria e prática permite que os ensinamentos se tornem concretos e aplicáveis, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e preparados para o mundo real. Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), salientam o impacto positivo das inovações tecnológicas financeiras, como aplicativos de gestão de gastos, que, aliados ao ensino adequado de gestão de finanças, podem potencializar a autonomia econômica de indivíduos e famílias.

Azevedo *et al.* (2025), citam os debates sobre o Projeto de Lei nº 2747/2024, que tornaria obrigatória a inclusão da disciplina de Educação Financeira nos currículos de ensino da educação básica ao ensino superior em escolas públicas e particulares de todo o território nacional, indicando um movimento político relevante voltado à institucionalização da EF,

entretanto, alertam que a obrigatoriedade curricular sozinha não garantirá transformações efetivas se não houver planejamento integrado entre o poder público, as instituições formadoras e as redes escolares.

Entretanto, Miranda (2025), evidenciou que os desafios persistem para a consolidação da EF nas escolas públicas, pois a falta de formação adequada de professores é um entrave ao limitar a aplicação de metodologias inovadoras e o aprofundamento crítico do ensino, além da escassez de materiais pedagógicos específicos, a baixa carga horária destinada à abordagem do tema e a desigualdade estrutural entre redes de ensino públicas e privadas, confirmam a afirmação de Azevedo *et al.* (2025), de que a simples inserção do tema no currículo, sem o devido suporte institucional, não será suficiente para garantir resultados efetivos.

Para Tavares e Pilão (2023), é necessário assumir que o currículo escolar evoluiu ao longo dos anos para se ajustar as necessidades e as demandas da sociedade e, é preciso salientar que houve um reconhecimento da importância da EF e da necessidade de inclusão desse tema no currículo escolar, entretanto, existem diversos desafios na implementação efetiva, como a falta de recursos adequados, a resistência à mudança em sistemas educacionais e a necessidade de treinamento de professores para poderem ensinar o conteúdo de forma adequada.

Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024), propõem parcerias entre governos, empresas e instituições educacionais para desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, para a capacitação do corpo docente e para realização de campanhas de conscientização e iniciativas de formação continuada que incluam a população adulta, pois a Educação Financeira é uma habilidade técnica e uma competência essencial para promoção do bem-estar individual e a sustentabilidade econômica da sociedade.

Miranda (2025) complementa que a eficácia da Educação Financeira não pode ser analisada de forma isolada, mas sim articulada ao contexto socioeconômico dos estudantes, visto que os jovens de famílias em situação de vulnerabilidade possuem limitações práticas para aplicar os conhecimentos adquiridos, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas que combinem a alfabetização financeira com programa de inclusão social.

Portanto, de acordo, com Tavares e Pilão (2023), a Educação Financeira desempenha um papel essencial na promoção da responsabilidade financeira individual e familiar, assim, crianças que aprendem sobre finanças desde cedo, tendem a compartilhar essas informações com pais e outros familiares, garantindo que os conhecimentos financeiros se espalhem de maneira mais eficiente e sustentável para toda a sociedade, justificando o crescente destaque ao tema e refletindo a necessidade de desenvolver consciência e hábitos sobre o consumo. Logo,

investir na educação financeira possibilita a construção de bases sólidas para um futuro mais próspero e equilibrado para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar a importância da inclusão da literacia financeira na BNCC para a saúde financeira das famílias brasileiras. Assim, a partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que os conhecimentos básicos sobre finanças pessoais vão além da simples organização de receitas e despesas, envolvendo aspectos emocionais, comportamentais, educacionais e tecnológicos.

Com base nos achados teóricos, identificou-se que a Educação Financeira é essencial para a boa gestão dos recursos financeiros individuais e familiares, além de que, quanto mais cedo os indivíduos terem acesso ao ensino dessa temática, maior será a eficácia dos ensinamentos. Foi observado que a ausência de um planejamento financeiro estruturado está diretamente relacionada a altos índices de endividamento, insegurança financeira e estresse emocional. Em contrapartida, a adoção do controle orçamentário, a constituição de uma reserva de emergência, o investimento a longo prazo e a educação financeira contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Portanto, a educação financeira se destacou como um elemento central na transformação de hábitos e na promoção de decisões mais conscientes. Foi possível constatar que, apesar de avanços em políticas públicas e iniciativas privadas, ainda há um longo caminho a percorrer para que o conhecimento financeiro alcance todas as camadas da população. A inclusão da temática no ambiente escolar e o incentivo à busca por informação são essenciais para a construção de uma sociedade mais preparada para lidar com seus recursos.

Ademais, somente a inclusão da disciplina como obrigatória na BNCC não garante o alcance de resultados positivos, pois ainda existem muitos desafios e obstáculos para o sucesso, pois, a falta de recursos financeiros, políticas públicas específicas, material pedagógico adequado e professores capacitados impactam de forma negativa os avanços da Educação Financeira na rede de educação nacional.

Os resultados alcançados respondem a problemática da pesquisa, confirmando a extrema importância da inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois o conhecimento efetivo tende a reduzir a inadimplência e melhorar a saúde financeira das famílias e da própria sociedade brasileira. Foi evidenciado que o planejamento financeiro e os investimentos pessoais são ferramentas fundamentais para a estabilidade

financeira e o alcance de metas de curto, médio e longo prazo. A análise das práticas recomendadas permitiu identificar que o caminho mais viável para o aprimoramento da gestão financeira individual é o conhecimento possível por meio do ensino desde a educação infantil.

Porém, é importante reconhecer as limitações do trabalho, especialmente devido ao método de pesquisa realizada por meio de uma revisão bibliográfica, que não contempla dados empíricos. Isso limitou a generalização dos resultados e reforçou a necessidade de estudos futuros que envolvam a aplicação prática dos conceitos abordados, por meio de análises de campo, entrevistas ou estudos de caso.

Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras explorem o impacto direto da educação financeira no comportamento das diferentes faixas etárias da população, desde a pré-escola, assim como a eficácia das tecnologias financeiras no auxílio à gestão orçamentária. Investigar como fatores socioculturais influenciam a relação das pessoas com o dinheiro também se mostra uma vertente relevante para aprofundamento.

Por fim, considera-se que investir em conhecimento financeiro, aliado a hábitos conscientes de consumo e práticas contínuas de controle e investimento, é um dos caminhos mais eficazes para transformar a realidade econômica dos indivíduos e promover bem-estar em longo prazo, possível a partir de políticas públicas educacionais ofertadas à população desde a infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mylena Barreiros Epifânio; CARVALHO, Ana Barreiros de. Finanças Pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 5, p. 340-354, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/867/645>. Acesso em: 22 maio 2026.

ASSUNÇÃO, Larissa Luzia Gonçalves. **Planejamento financeiro familiar em tempos de covid-19**: a percepção de famílias sobre reserva de emergência. 2022. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34441/3/PlanejamentoFinanceiroFamiliar.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2026.

AZEVEDO, Andrei Pereira de; AZEVEDO, Bianca Andressa da Silva; SAEZ, Bruna Luiza Mora; GODOY, Luiz Ricardo Baptista de; MASCHIO, Patrícia Aparecida Scherite; MACEDO, Karla Gonçalves. A importância da educação financeira nas escolas públicas. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 9, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/49554/38800>. Acesso em: 26 maio de 2026.

CASAGRANDE, Adriéli de Jesus. **Influência da autorregulação e do comportamento de gestão financeira familiar no bem-estar financeiro**. 2024. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2024. Disponível em:

<http://200.18.15.28/bitstream/1/11536/1/Adrieli%20de%20Jesus%20Casagrande.pdf>. Acesso em: 06 maio 2026.

COELHO, Luiz Felipe. **Importância do planejamento financeiro no meio familiar: o desafio das famílias brasileiras**. 2022. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2022. Disponível em:

<http://repo.saocamilo-sp.br:8080/dspace/bitstream/123456789/1409/1/TCC%20-%20LUIZ%20FELIPE%20COELHO%20-%20CONCLU%c3%8dDO.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2026.

CORRÊA, Vinicius Gabriel. **Educação financeira na era da informação: desafios e oportunidades na disseminação de conhecimentos**. 2024. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/43143>. Acesso em: 22 maio 2026.

CRAVO, Larissa Barreto; SILVA, Nycolee Gomes; BATISTA, Valquiria Constancio; ZUQUI, Vasconcelos. Educação Financeira como ferramenta para o desenvolvimento de um planejamento financeiro pessoal eficiente. **Revista Foco**, v. 18, n. 3, p. 1-22, 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7942/5621>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação Financeira Uma Ciência Comportamental. **RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**, v. 3, n. 4, p. 1-21, 2022. Disponível em:

<https://recima21.com.br/recima21/article/view/1217/1018>. Acesso em: 22 maio 2026.

FELIPE, Rafael Silveira. **Análise do perfil do endividamento e da inadimplência familiar no Brasil**. 2023. 59 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em:

https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5403/2/MONOGRAFIA_An%c3%a1lisePerfilEndividamento.pdf. Acesso em: 22 maio 2026.

FONSECA, Stéfany Bittencourt. **Finanças Comportamentais e Perfis de Investimentos**.

2021. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Finanças Empresariais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/bee2a05-844c-48d0-aa8b-0dec8660db36/content>. Acesso em: 24 abr. 2026.

GAMA, Maria Amélia de Moura; COSTA, Simone Teles da Silva; AMORIM, Dênia Aparecida de. Importância do ensino de educação financeira para as finanças pessoais.

Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo, v. 49, p. 55-75, 2026. Disponível em:

<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/4173>. Acesso em: 26 maio 2026.

GOMES, Marco Antônio dos Anjos. **Investimentos Financeiros: O Impacto do fator tempo nos Riscos de Mercado**. 2022. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em

Administração) - Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/00000e/00000e3d.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GOMES JÚNIOR, Mácio André Dos Santos. **A relação entre o acesso à educação financeira e a tomada de decisão das pessoas referente ao consumo e a investimentos financeiros**. 2021. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://bib.pucminas.br/pergamumweb/vinculos/000005/0000055e.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

GUEDES, João Vitor Cabral. **O impacto do conhecimento em finanças pessoais e seu potencial para acelerar a conquista da independência financeira**. 2025. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/266144/TCC_FINAL_assinado.pdf?sequence=1. Acesso em: 06 abr. 2026.

LAZARETTI JR., Roberto Carlos; CASTANHEIRA, Giulia da Silva; MASCHIO, Patrícia Aparecida Scherite. A importância da Educação Financeira no Brasil. **RECIMA21**, v. 5, n. 12, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/6104/4147>. Acesso em: 23 abr. 2026.

MELO, Danilo Pontual de; VIEIRA, Glauciane da Silva; AZEVEDO, Suedy Santos de; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Diálogos entre a educação financeira escolar e as diferentes áreas do conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental. **Em Teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 12, n. 2, p. 1-27, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250447/pdf_1. Acesso em: 26 maio 2026.

MESSAGE, Nicoli Ortiz; SANTOS, Rayssa Souza da Rosa dos; WEBER, Deisi Luana Diel. Finanças pessoais e saúde mental: uma análise dos efeitos do endividamento e da insegurança econômica. **Gestão Contemporânea: Revista de Negócios do Cesuca**, v. 9, n. 10, p. 71-87, 2025. Disponível em: <https://ojs.cesuca.edu.br/index.php/revistaadministracao/article/view/2999/2229>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MIRANDA, Higor Raimundo Soares de. A importância da Educação Financeira básica para jovens do ensino médio de escolas públicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 11, p. 61-71, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21439>. Acesso em: 26 maio 2026.

NASCIMENTO, Arlyson Alves do; SIQUEIRA, Anderson Rangel Batista; SILVA, Daniel Cesar Carvalho da; SILVA, Ana Caroline Oliveira da. Educação Financeira na BNCC: Uma Análise da Abordagem Transversal e do Potencial Lúdico. **Revista Alagoana de Ensino de Matemática**, v. 1, p. 17-26, 2025. Disponível em: <https://raem.emnuvens.com.br/raem/article/view/6>. Acesso em: 26 maio 2026.

OLIVEIRA, Amanda Santos de; ANDRADE, Carolina Mariano de; MENDES, Ijosiel; OLIVEIRA, Elimeire Alves de; SILVA, Suéllen Danúbia da; MAINARDI, Fernando Henrique Barros; PEREIRA, Jairo Antônio Bertelli Francisco Gabaldi; CATELAN, Melka Carolina Faria. Educação Financeira como base para a organização e planejamento eficaz de hábitos financeiros a longo prazo. **RECIMA21**, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2025. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/6151/4181>. Acesso em: 23 abr. 2026.

PICCINI, Roger Sotoriva. **Asset and Liability Management (ALM)**: aplicação de modelo no Regimes Próprios de Previdência Social de Porto Alegre. 2025. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/300073/001299324.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 abr. 2026.

RADÜNZ, Fernando Dreyer. **Solução inteligente para o controle de gastos**: aplicação de IA em finanças pessoais. 2025. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sistemas de Informação) – Antônio Meneghetti Faculdade, Recanto Maestro, 2025. Disponível em: <http://repositorio.faculdadeam.edu.br/xmlui/handle/123456789/1029>. Acesso em: 22 maio 2026.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 681-697, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/81804/77997>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SALDANHA NETO, Mário Francisco. **Educação Financeira para Jovens Estudantes**. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) - Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2021. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/593/Dissertacao%20Final_Mario%20Saldanha.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 abr. 2026.

SANTOS, Pamela Caetano dos; FRANÇA, Paola Machado; BATISTA, Valquiria Constancio. O impacto do planejamento financeiro na qualidade de vida: fatores, benefícios e recomendações. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 10, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6589/4744>. Acesso em: 23 abr. 2026.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**: O levantamento mensal da Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas. 2026. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2026.

SILVA, Bruno Araújo Bispo da; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/42125/34128>. Acesso em: 26 maio 2026.

SILVA, Carlos William Carneiro da. **A importância da educação financeira no contexto familiar**: uma revisão bibliográfica. 2024. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Finanças) - Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2024. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/81178/1/2024_tcc_cwcdsilva.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

SILVA, Dheralty Diniz; CAMPOS, Maria Eduarda Vieira; COSTA, Simone Teles da Silva; AMORIM, Dênia Aparecida de; SOUZA, Cleidiane Gomes de. Noções de contabilidade no gerenciamento pessoal: Benefícios para as finanças familiares. **GETEC**, v. 24, p. 25-42, 2025. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3941>. Acesso em: 24 abr. 2026.

SILVA, Giovanna Hanada da; LIMA, Guilherme Santos. Gestão Financeira: uma proposta de ensino para promover a educação financeira de estudantes do ensino médio. *In*: Congresso Internacional de Educação SESI – SP, 1, 2023, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Editora Realize, 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/sesisp/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV195_MD1_ID1348_TB175_17102023161229.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

SILVEIRA, Kelly Letycia Santana. **Planejamento e controle financeiro aplicado à gestão orçamentária familiar**. 2024. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FADESA, Parauapebas, 2024. Disponível em: <https://www.unifadesa.edu.br/wp-content/uploads/2025/10/TCC-KELLY-LETYCIA-SANTANA-SILVEIRA-C-FICHA-CATALOGRAFICA-assinado.pdf>. Acesso em: 26 maio 2026.

SOARES, Bárbara Silva. **Educação financeira e vulnerabilidade social**: como a falta de preparo impacta a vida adulta. 2025. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9850/1/TCC%20-%20BA%cc%83%20a1rbara%2010%20VERSA%cc%83_O%20REVISADA.%20P%20c3%93S%20BANCA.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

SOUSA, Rodger Roberto Alves de; SILVA, Francisco Leilson da. Educação financeira nas escolas: a importância de incluir conceitos de Educação financeira no currículo escolar. **Revista Interseção**, Palmeira dos Índios, v. 7, n. 1, p. 276-299, 2025. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/484/529>. Acesso em: 27 maio 2026.

SOUZA, José Ailton da Silva. **Finanças Pessoais, Planejamento Financeiro e Reserva Emergencial**: a percepção da população do Vale do Mamanguape-PB durante a pandemia da covid-19. 2020. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape-PB, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28551/1/Jos%20a9AiltondaSilvaSouza_TCC.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

SOUZA, Roberto Soares de. **Uso da matemática financeira na tomada de decisão para formação da reserva de emergência**. 2023. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Faculdade de Matemática, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/8414488c-96e9-46ad-806e-52e1e6521360/content>. Acesso em: 24 abr. 2026.

SULATO, Eduardo Marques. **A educação financeira nas escolas do Ensino Médio do Brasil: estratégias para a redução da inadimplência da população.** 2025. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/44601/1/Mono%20IV%20-%20Eduardo%20Marques%20Sulato_Ricardo%20Carlos%20Gaspa.pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

TAVARES, Celina Soares Lima; PILÃO, Valéria. A importância de ensinar educação financeira nas escolas. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 12, n. 44, p. 148-164, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2963>. Acesso em: 26 maio 2026.

TAVARES, José Erlandes Amorim; OLIVEIRA, Mário César Sousa de. Gestão de Finanças Pessoais: avaliação do endividamento social focada no Programa Auxílio Emergencial durante a pandemia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 2070-2089, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14909/7731>. Acesso em: 24 abr. 2026.

TRINDADE, Fabrício Santos. **Análise das práticas de gerenciamento financeiro pessoal de contadores e estudantes em ciências contábeis atuantes em escritórios contábeis em Santa Maria – RS.** 2024. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/33827/Trindade_Fabr%c3%adcio_Santos_2024_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 abr. 2026.

VIEIRA, Gabriel Matias. **A importância da inclusão de conceitos de educação financeira no currículo do ensino fundamental 2 no Brasil.** 2025. 23 f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2026. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/5659>. Acesso em: 26 maio 2026.

VIEIRA, Pedro Rezende. **Educação Financeira Escolar: uma sequência didática sobre planejamento financeiro pessoal para estudantes dos anos finais do ensino fundamental.** 2023. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/db22924d-9d25-4b69-906d-1afc0d60221f/content>. Acesso em: 24 abr. 2026.